

# AÇÕES DIPLOMÁTICAS BRASILEIRAS NA TRIÁDE RELACIONAL ENTRE BRASIL - PORTUGAL - ANGOLA: O CONTEXTO DO PROCESSO DE LIBERTAÇÃO ANGOLANO

José Francisco dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** Apresentamos nesse artigo revisão bibliográfica e análises de fontes acerca do processo final de independência de Angola. O recorte temporal centra-se nos anos de 1974 e 1975, o qual se deu especialmente por conta das leituras críticas de relatórios do Itamaraty (Brasil). Dessa forma, a pesquisa se pautou nas críticas imanentes de relatórios e memorandos que a embaixada de Lisboa enviou para o *Ministério das Relações Exteriores do Brasil*, assim como telegramas enviados pela *Representação Especial Brasileira em Angola* ao longo do ano de 1975, que tinha o representante Ovídio de Andrade Melo à frente. Registramos, enfim, algumas ações diplomáticas brasileiras na tríade relacional entre Brasil – Portugal – Angola, procurando demonstrar as complexidades construídas no apoio à independência angolana, sendo o Brasil o primeiro país a reconhecê-la.

**Palavras Chaves:** Angola; Brasil; Diplomacia; Independência

**Abstract:** We present in this article, bibliographical review and analysis of sources about the final process of independence of Angola. The temporal cut focuses on the years of 1974 and 1975, which was especially due to the critical readings of reports from Itamaraty (Brazil). Thus, the research was based on the immanent criticisms of reports and memoranda that the Lisbon embassy sent to the Brazilian Ministry of Foreign Affairs, as well as telegrams sent by the Brazilian Special Representative in Angola during the year 1975, which had the representative Ovidio de Andrade Melo ahead. Finally, we demonstrated some Brazilian diplomatic actions in the relational triad between Brazil - Portugal - Angola, seeking to demonstrate the complexities built in support of Angolan independence, with Brazil being the first country to recognize it.

**Keywords:** Angola; Brazil; Diplomacy; Independence

---

1. Doutor em História pela *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo* – PUCSP, docente de História das Áfricas/ História e Cultura Afro-brasileira e do mestrado em Ciências Humanas e Sociais – PPGCHS, da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. Email: jose.francisco.puc@gmail.com/ jose.santos.@ufob.edu.br

## 1. Introdução

O Regime Salazarista que perdurou em Portugal de 1926 até 1974 foi um dos últimos sistemas políticos “colonialistas” a cair. Estabeleceu-se como *Estado Novo* que, mesmo após a saída de Antônio Salazar em 1968 - quando “literalmente caiu do poder”<sup>2</sup> - se sustentou até a *Revolução dos Cravos*, que em 24 de abril de 1974 colocou fim ao regime autoritário. Embora o Salazarismo seja por muitos colocado em outras classificações, é inegável que há elementos que o aproxima do nazismo, fascismo e do franquismo, a exemplo do culto personalista ao líder maior.

Além das características vinculadas aos regimes autoritários, outro elemento que marcava o regime salazarista se refere a manutenção das colônias nos continentes Africano, Asiático e Oceania, questão essencial para discussões propostas neste artigo. Salientamos, portanto, que somente nas décadas de 1960 a 1970, por iniciativas locais e resistência da população destas colônias, iniciaram-se processos de luta por independência, as quais conquistaram a libertação destes países.

Neste texto, a problematização desse fato vai ser posta em relação ao continente africano e às colônias portuguesas denominadas na época, de modo geral, como *Províncias Ultramarinas*, e em relação às especificidades do processo angolano, a partir das ações diplomáticas e a leitura política que seus protagonistas faziam daquele contexto. Este artigo é parte do resultado da pesquisa de doutorado intitulada *Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da Guerra Fria* (2015). Ressaltamos que a investigação nos levou a concordar com historiadores que avaliam o processo de libertação de Angola, ou de descolonização, como alguns preferem chamar, como um dos mais complexos.<sup>3</sup> Destacamos o apontamento do historiador Lincoln Secco (2004) sobre o território colonizado por Portugal, até aquele momento chamado de *Império Ultramarino*,

Ora, Portugal continental não ultrapassava muito modesto 91 mil quilômetros quadrados, mas Angola ultrapassava os 1.246,700 quilômetros quadrado. Moçambique tinha (e tem) um tamanho que é ligeiramente superior à metade do território angolano.

---

2. Sobre essa questão Maxwell (2006, p. 42 – 43) discorreu: “Em 1968 a espreguiçadeira onde Salazar se sentava desabou, e a queda o deixou em um estado de coma da qual nunca se recuperou. O presidente, almirante Américo Tomás, teve de substituí-lo. Foi com relutância que Tomás, modesto mais inflexível seguidor de Salazar, nomeou primeiro-ministro um dos antigos protegidos do ditador, o professor de direito Marcello Caetano, de 64 anos. Mas até 1970 houve um estranho hiato, pois o moribundo Salazar resolutamente se recusava a morrer, Tomás parecia viver com constante preocupação de que o velho revivesse e perguntasse por que fora removido do posto”.

3. A respeito dessa questão importa salientamos que a maioria dos autores que discorrem sobre os conflitos do continente africano e não propriamente sobre Angola ressalta as complexidades do processo de independência de Angola. A exemplo das obras: *A Revolução dos Cravos* (2004) do historiador Lincoln Secco, *Os filhos da Terra do Sol* (2002) da historiadora Leila Hernandez, *O Império Derrotado* (2006) do historiador Kenneth Maxwell, *Moçambique* (2010) do antropólogo José Luís Cabaço, entre outras obras.

As demais colônias eram menores do que a parte europeia do Império. Não se podia pensar no Império (e nas ideias que sobre ele se faziam) ouvindo, lendo, observado, só aquela extremidade ocidental da Península Ibérica (SECCO, 2004, p. 63).

Assim, podemos visualizar que a resistência de Portugal em relação a superação do colonialismo se vinculava especialmente ao fato de que estavam sobre seu poder territórios imensos, com potencial de recursos naturais e espaços para a prioridade comercial. Ou seja, abrir mão do colonialismo traria para Portugal perdas imensuráveis, no entanto, o processo de libertação dos países que estavam sobre seu jugo em continente africano era inevitável.

Por isso, também pontuamos que essa conjuntura chama atenção do Estado brasileiro em meio do desmonte do *Império Ultramarino*. Neste sentido, refletimos qual foi à influência do Brasil neste processo e, para análise, teremos como principal fonte empírica da primeira parte do artigo o relatório escrito pelo então embaixador brasileiro em Portugal, Carlos Alberto da Fontoura, que apresentou informações para o governo fazendo um levantamento da conjuntura portuguesa pós *Revolução dos Cravos*.

Na segunda parte do texto, priorizaremos as ações diplomáticas desenvolvidas pelo diplomata Ovídio de Melo, que naquele contexto estava a frente da representação brasileira em Angola. De antemão registramos que o fato do Brasil ter constituído uma representação formal naquele território já demonstra interesse de aproximações políticas e econômicas. Para essas reflexões nos pautaremos em telegramas, livros de memórias e pesquisas que desenvolvemos e também de algumas realizadas por outros autores, as quais demonstram a complexidade das relações políticas no processo de independência angolana.

Enfatizamos que dentre os documentos analisados estão telegramas fornecidos pelo próprio diplomata Ovídio Melo em contato pessoal que tivemos com ele no decorrer de pesquisas que desenvolvemos sobre a temática. No entanto, um elemento curioso é que o diplomata só ficou sabendo que esses documentos ainda existiam após trinta anos por meio do historiador Jerry Dávila, que em pesquisa na *Fundação Getúlio Vargas*, no Rio de Janeiro, encontrou os telegramas. Outro documento oferecido por Ovídio de Melo foi o texto intitulado *Comentários aos textos telegráficos precedentes*, em que tece reflexões sobre o conjunto de telegramas trocados naquela ocasião.

Esse conjunto de fontes nos auxiliam a tecer reflexões e levantar elementos acerca da importância histórica dos movimentos diplomáticos, especialmente no que se refere ao resgate das relações presentes na tríade que envolvia Brasil – Portugal – Angola em meio do contexto de luta pelo fim do colonialismo em pleno século XX.

## 2. Olhar do Embaixador brasileiro acerca do contexto pós-Revolução dos Cravos

Na maioria das vezes, um relatório diplomático tem como intuito informar seu país a respeito dos acontecimentos e possíveis ações que o Estado pode tomar para alcançar benefícios políticos, econômicos, diplomáticos, sociais, dentre outros aspectos. Foi, portanto, com o intuito de apresentar a conjuntura pós *Revolução dos Cravos* e informar como estava a relação com suas *Províncias Ultramarinas*, que o embaixador brasileiro Fontoura enviou o relatório para o Brasil, buscando subsidiar o Ministro das Relações Exteriores Antônio Francisco Azeredo da Silveira para sua visita a Portugal. Já na introdução do documento<sup>4</sup> o embaixador discorre que,

A Embaixada do Brasil em Lisboa, com a finalidade de contribuir para o preparo da visita do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a Portugal, fez preparar o presente estudo a respeito da conjuntura lusitana, descrita e analisada, em seus traços mais relevantes, nos domínios políticos, econômico e cultural, procurando ressaltar seu reflexo no plano dos negócios luso-brasileiros. Cuidou-se, ainda, de dar maior ênfase às possibilidades e aos meios da expansão ordenada das relações entre os dois países, algo ressentidas com a Revolução de 25 de abril e suas conseqüências em Portugal e suas colônias, uma das quais já soberana.

Não foi colocado à margem uma análise, posto que sumária, das relações atuais e potenciais do Brasil com a África de expressão portuguesa.

Da mesma forma, consta deste trabalho apêndice, elaborado pelo Adido da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, a propósito de questões de suas especialidades. Dada a premência de tempo, a vastidão da matéria e a fluidez das situações focalizadas, inseridas em contextos altamente dinâmicos e complicados por contradições ainda não ultrapassadas, este estudo, dentro dos limites sumários por mim estabelecidos, não poderia ter a pretensão de formular soluções para os problemas nele aflorados. Trata-se, assim, de mero brevíário, condensado dentro do possível, e, por isso mesmo, contendo simplificações analíticas, para as quais estou certo contar com a Tolerância da Vossa Excelência.<sup>5</sup>

240

O embaixador Fontoura aborda aspectos políticos, econômicos, culturais e descreve como se deu a transição do regime político português, como também enfatiza o potencial que visualizava em futuras relações do Brasil com os países do continente Africano que estavam em processo de libertação de Portugal. Importa salientarmos que os militantes que estavam à frente da *Revolução dos Cravos*, os chamados de Capitães de Abril, tinham tendências de esquerda, que a *priori* traziam algum receio ao governo brasileiro, pois temia-se atitudes esquerdistas do novo governo português. Cumpre observarmos que o embaixador Carlos Alberto da Fontoura, quando foi assumir a embaixada brasileira em Portugal, já em período pós-revolução, não foi bem recebido.

---

4. Procuramos manter as transcrições do relatório conforme o original.

5. Secreto nº 8. **Portugal (continente) territórios africanos de expressão portuguesa perspectiva das relações com o brasil**. Embaixada do Brasil em Lisboa, 31 de outubro de 1974.

O governo português chegou a pedir para que fosse substituído por outro embaixador, pelo fato de Fontoura ser militar ligado ao Exército Brasileiro (foi chefe do Serviço de Informação - SNI), sendo assim acusado por exilados brasileiros em Portugal de servir a Ditadura Civil-Militar brasileira.

Fontoura só conseguiu assumir após o presidente Ernesto Geisel ter acenado que caso Portugal não o aceitasse, a embaixada brasileira em Portugal ficaria sem embaixador. Sendo assim, o governo português aceitou “a força” o representante brasileiro. A respeito desse episódio, o então presidente Ernesto Geisel comentou em uma entrevista à pesquisadora Celina D’Araújo,

[...] Logo no começo de meu governo, após a Revolução dos Cravos, tive um problema diplomático com Portugal. Havia sido nomeado o embaixador em Lisboa, pelo Médici, o general Carlos Alberto de Fontoura, que fora chefe do SNI. Por problemas de saúde de uma filha, ele protelou sua ida para lá. O novo governo português através de seu encarregado de negócio entre nós, manifestou o desejo de que o Fontoura não fosse o nosso representante. Certamente, os esquerdistas que haviam feito a revolução sabiam que ele vinha do SNI. Quando o Silveira me deu conhecimento dessa posição portuguesa, mandei que dissesse ao encarregado de negócios que Fontoura iria como nosso embaixador ou então não iria ninguém. Os revolucionários portugueses acabaram cedendo e o receberam muito bem como representante do Brasil. Mais tarde, Mario Soares veio em caráter oficial ao Brasil, conversou amistosamente comigo e foi bem acolhido, como sempre os portugueses o foram entre nós. Houve uma ocasião em que um grupo de militares portugueses queria invadir Portugal contra a Revolução dos Cravos, partindo do Brasil e com a nossa cooperação. Era uma loucura, uma fantasia. Coisa sem pé nem cabeça. Fizeram contato com o Itamarati e com militares nossos, mas foram fracamente dissuadidos de qualquer ação dessa natureza. (GEISEL apud D’ARAÚJO, 1997, p. 345).

241

No livro organizado pelo pesquisado Matias Spektor, *Azaredo da Silveira: um depoimento* (2010), o então ministro das Relações Exteriores do Brasil comenta sobre a posse do embaixador Carlos Alberto da Fontoura, indagado se houve problemas diplomáticos, discorreu,

Houve muito problema com ele, sim...Antes de tomar posse, o general Geisel havia negado ao presidente Médici se ele, Geisel que nomearia o [general Carlos Alberto] Fontoura para embaixada em Lisboa. Geisel aceitaria se o Médici fizesse acho que em janeiro [de 1974]. Houve o *agrément* em janeiro e ele foi submetido ao Senado logo na abertura dos trabalhos legislativos em 1º de março e depois foi nomeado pelo Médici. Só sei que ele só foi apresentar suas credenciais ao novo governo português. Antes disso, porém, enquanto ele ainda estava aqui, o novo governo tentou retirar o *agrément* [...] (SPEKTOR, 2010, p. 269).

Como havíamos exposto em linhas anteriores, o governo português não queria

o *agrément*<sup>6</sup> de Fontoura e Azeredo comentou como resolveu o problema:

Fui duríssimo com eles nesse telegrama. Disse que eles não tinham o menor direito de se meter de um ato de decisão do governo brasileiro; que tínhamos dado todas as provas de que reconhecíamos, respeitávamos e acataríamos as decisões a nível interno. Em contrapartida, não aceitaria que eles retirassem o *agrément* e que, se fizessem, não mandaríamos embaixador para Portugal. Fiz isso por várias razões: em primeiro lugar, porque não podia estabelecer uma divisão dessa natureza entre o governo Médici e o governo Geisel. O presidente Geisel nunca gostou demais do Fontoura, mas ele sabia o problema político que isso criaria para ele (AZEREDO DA SILVEIRA apud SPEKTOR, 2010, p. 270).

Observamos que Fontoura não era um diplomata de carreira, contudo como apontamos acima fazer parte de órgãos repressores contribuía para ascensão de cargo. Azeredo comentou em depoimento que em sua gestão reduziu ao máximo o número de pessoas que não eram da carreira diplomática: "em determinado momento, só havia um em Portugal, o [general Carlos Alberto] Fontoura, que tinha sido designado pelo presidente Médici e depois, o presidente Geisel ofereceu a embaixada em Paris ao Delfim [Neto]" (AZEREDO DA SILVEIRA apud SPEKTOR, 2010, p. 278).

Apresentado o perfil do embaixador Carlos Alberto da Fontoura, o seu relatório evidencia o quadro de um país em fase de diversas transformações nas quais as relações entre os dois países - Brasil e Portugal - eram complexas por conta do próprio contexto histórico, especialmente pelo fato do Brasil ser uma ex-colônia portuguesa, assim como também sua intensão de posicionar-se no cenário internacional com maior autonomia e liderança.

Neste sentido, observamos que a descolonização africana e o próprio período revolucionário português contribuíram para que setores de formação de opinião pública, em parte ligados ao governo brasileiro, enxergassem a importância de que o Brasil agisse com maior protagonismo no desmonte do Estado salazarista. O que podemos notar com o diplomata Azeredo da Silveira, que fez reflexões sobre a opinião de alguns setores da sociedade que queriam uma maior atuação do Estado brasileiro, é que:

O Carlos Lacerda, nessa época, por exemplo, me escreveu umas cartas que denotavam um certo desequilíbrio no pensamento dele. Eu me pergunto se ele não estava mais doente do que se achava que estava. Ele tinha uma aparência sã, mas as cartas que seguiam uma linha inteiramente de apoio àquele general que usava monóculo, o [Antônio de] Spínola... É muito difícil uma revolução, na segunda metade

---

6. Na linguagem diplomática significa consentimento de um Estado para que determinado diplomata estrangeiro seja nomeado para função em seu território.

do século XX, com um general de monóculo. Também não quero ser tão contra o monóculo assim [risos]. A verdade é que ele queria que eu apoiasse totalmente o Spínola. O [Júlio de] Mesquita [Neto], do Estadão, me telefonou uma noite, queria que eu fosse a Portugal, em pleno processo revolucionário, muito antes da época que (fui em fins de novembro). Achava que eu ia ser árbitro em Portugal: "O senhor tem todas as condições para ser arbitro". Disse: "Nem que eu tivesse condições. Não tenho direito de ser árbitro de nenhum outro país senão do Brasil, e cada vez vai ser mais europeu e menor, por causa disso mesmo" (AZEREDO SILVEIRA apud SPEKTOR, 2010, p. 267-268).

As duas pessoas citadas por Azeredo da Silveira, o primeiro, Carlos Lacerda, conhecido defensor do regime salazarista, que no período da Ditadura Civil-Militar brasileira contribuiu para ação da PIDE (Polícia Secreta Portuguesa) no Brasil em 1964, que torturou membros do MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola e MABLA – Movimento Afro-brasileiro de Pró Libertação de Angola, no então Estado da Guanabara, em que era governador, apoiava Spindola.<sup>7</sup> Já o jornalista Júlio de Mesquita Neto, do jornal *O Estado de S Paulo*, ficou exilado em Portugal e não tinha boas recordações do período que viveu sobre o regime salazarista e, ao regressar ao Brasil, noticiava em seu periódico notícias contra o jugo português em território africano. Ambos, que até então colocavam-se em posicionamentos divergentes<sup>8</sup> no que se referia a Portugal, nesse momento pediam a intervenção do Estado brasileiro. Contudo, percebemos que essa configuração não se concretiza.

243

Em contrapartida, mesmo com a solicitação de Carlos Lacerda para o apoio a Spínola, o Embaixador Fontoura expõe que este não estava em consonância com os jovens *Capitães de Abril*, pois havia sido apoiador de Salazar ao longo do processo colonial, mas acabou em desacordo com o regime, fato que o levou a escrever o livro

---

7. Para maior conhecimento sobre esse episódio consultar o livro *Torturas e Torturados* (1966), do jornalista e político Márcio Moreira Alves, dissertação *Movimento Afro-brasileiro de Pro-Libertação de Angola* (2010) e o livro *Relação Brasil/Angola* (2014), ambos de José Francisco dos Santos.

8. Cumpre observar que o grupo *O Estado de S Paulo* antes do golpe da autocracia militar pensou em apoiar para presidente do Brasil o jornalista e àquela altura governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda. Para maiores informações consultar dissertação *Movimento Afro-brasileiro de Pro-Libertação de Angola* (2010) e o livro *Relação Brasil/Angola* (2014).

*Portugal e o Futuro* no ano de 1974, como prova de seu rompimento com o regime.<sup>9</sup>  
Nas palavras do embaixador:

[...] A Revolução do 25 de abril, uma vez vitoriosa, logo demonstrou as contradições que lhe eram inerentes, pessoais umas, ideológicas outras. Planejada e executada pela jovem oficialidade, o movimento trouxe à cúpula do poder, mercê das circunstâncias do momento, um General conservador. Este rodeou de auxiliares de confiança, elevando alguns à Junta de Salvação (JSN) e aos comandos militares de relevo. Nem o primeiro, nem os segundos, por serem alheios à gênese do movimento, estavam afinados com o espírito que o 25 de Abril iria revelar, numa etapa posterior, fato este que surpreendeu a ambos. Spínola, posto que estranho ao aspecto conspiratório do 25 de Abril, emprestara força moral e política ao “Movimento das Forças Armadas”. Publicara “Portugal e o Futuro”, em desafio ao regime; recusara-se à conciliação proposta, deixando de comparecer ao espetáculo de vassalagem prestada pelos generais ao Presidente do Conselho; rompera com o Governo, forçando-o, ainda que contra a vontade, a demiti-lo de suas funções. Resto, o General pertencia por formação, pendor e até vinculação empresarial, como antigo diretor de companhia do “grupo Champali maud” [sic]. Assim, o conflito subjacente, que era de geração e de doutrina, se exteriorizou ainda na fase, anormalmente larga, de escolha do chefe de Estado e formação do primeiro Governo Provisório.<sup>10</sup>

244

Podemos observar que o general Spínola tinha relações com o grupo *Champalimaud*, um conglomerado de empresas de propriedade de António de Sommer Champalimaud. Neste contexto, é importante ressaltarmos que durante o Estado Novo português houve apoio mútuo entre o Estado e este grupo empresarial, facilitando o desenvolvimento de negócios em Angola, Moçambique e até no Brasil. Como Spínola vislumbrava a derrota do regime salazarista e por sua visão moderada, era natural seu contato com empresários portugueses, que também tinham preocupações com a manutenção de seus negócios no novo regime.

Como Secco (2004) evidência em seu trabalho, era do interesse dos grupos

---

9. As atrocidades do regime salazarista sensibilizaram Spínola, que, como já inferimos, não via mais futuro nesse regime, passou a contribuir com o seu término. Importa para nosso texto destacar um trecho do livro do Lincoln Secco (2004), a respeito da repercussão do livro *Portugal e o Futuro*, “O documento de maior significado no período, no entanto, não veio dos capitães. O general Spínola, desejando antecipar-se à iniciativa deles e reaglutiná-los sob uma crítica moderada ao regime, antecipar a publicação do seu livro-bomba: *Portugal e o Futuro*, verdadeiro recorde de vendas. Admitindo que a dominação colonial estava num beco sem saída e que a solução não poderia ser de natureza militar, somente política, o general Spínola (1974, p. 56) advogava “o reconhecimento dos povos à autodeterminação” e o “recurso à consulta popular” (p. 160), uma “solução federativa” (p. 149) que contemplasse a independência progressiva das colônias, por sua integração numa “comunidade lusíada” com eleições democráticas dos seus representantes. Os objetivos de Spínola eram moderados e constituíam uma alternativa conservadora, pois se apresentavam como “antídoto à desagregação de Portugal pela via revolucionária” (p.133). O livro abalou pessoalmente o primeiro-ministro Marcello Caetano porque ainda que moderado para as exigências revolucionárias dos capitães, implicava o fim da estrutura de poder fascista e era escrito por um alto insuspeito, leal ao salazarismo e herói de guerra no ultramar” (SECCO, 2004, p. 109-110).

10. Secreto nº 8. **Portugal (continente) territórios africanos de expressão portuguesa perspectiva das relações com o Brasil**. Embaixada do Brasil Lisboa, 31 de outubro de 1974.

detentores dos oligopólios portugueses acompanhar o processo de mudanças políticas e econômicas que o país vivenciaria, pois grande parte do lucro destes grupos vinha das colônias africanas de Portugal, as quais tinham mercados fechados para exportação. Não obstante, Fontoura segue em seu relatório discorrendo sobre possível presença de membros da MFA (Movimento das Forças Armadas) na presidência:

Ao que tudo indicava, e agora se sabe, era Costa Gomes o candidato natural do "MFA" à Presidência da República. Naquela conjuntura, porém, o atual Chefe de Estado, lento na decisão, pois repele compromissos antes de estarem os jogos feitos, foi vítima de sua prudência, e também da falta de carisma de sua personalidade introvertida. Impunha-se, então, mais do que a escolha de um Presidente manipulável "vender" o 25 de abril ao povo português e ao mundo ocidental; Spínola, com a sua mística, construída pela publicidade do regime passado, pareceu, no momento, mais útil que Costa Gomes.

Cedo, porém, a Comissão Coordenadora do "MFA", que emergia como a força diretiva da Revolução, iria dar-se conta das dificuldades de carregar um símbolo como Spínola, sobretudo depois que este perdera sua utilidade real, desaparecia assim que a nova situação se consolidou.

A obra de Spínola, conceituada por Costa Gomes como "o livro da esperança nacional que foi o ideário da revolução das flores" só valeu ao "MFA", à falta de melhor arma, como instrumento adicional de polarização da oficialidade para revolta contra o antigo regime. Para o resto as teses de Spínola de nada serviram. Eram elas, em pontos essenciais, incompatíveis com o programa revolucionário.<sup>11</sup>

O embaixador brasileiro, ao discorrer sobre os rumos da presidência de Portugal, descreve Spínola como alguém que não corresponderia às ansiedades do MFA e, como ele mesmo havia exposto, Costa Gomes estaria mais preparado. Contudo, sua falta de carisma e sua introspeção levaram a não ter apoio para colocar-se como candidato. Fontoura é incisivo em dizer que o plano de Spínola não condizia com o projeto revolucionário do MFA.

O processo pelo qual Portugal passou pode ser de fato considerado como revolucionário, pois consegue a ruptura do Estado Novo Salazarista que perdurou por mais de 40 anos e se caracterizava a partir da manutenção de um sistema colonial anacrônico. Após o processo revolucionário, o país não teria mais condições morais para manter seu domínio sobre as, até então, colônias africanas. Tal conjuntura uniu-se com o descontentamento popular dos africanos, levando à construção de movimentos em prol da descolonização, os quais culminaram na liberdade de todos os países africanos que ainda estavam sob o jugo de Portugal. Sobre essa questão, Fontoura faz as seguintes considerações:

---

11. Secreto nº 8. **Portugal (continente) territórios africanos de expressão portuguesa perspectiva das relações com o Brasil**. Embaixada do Brasil Lisboa, 31 de outubro de 1974.

No domínio da descolonização, a Comissão Coordenadora do “MFA”, interpretando o vago enunciado de seu programa referente à política ultramarina, assim que depois do 25 de Abril, pôs-se deliberar, rejeitou o essencial das fórmulas desenvolvidas no “Portugal e o Futuro”. Aqueles, como se sabe, previam o reconhecimento imediato da autodeterminação, seguido de negociação para cessar fogo e da reconstrução das áreas devastadas. Numa segunda etapa, após a regionalização das estruturas políticas, econômicas e sociais, previa Spínola a realização de referendo, a fim de as populações interessadas decidirem a forma de associação ou integração a um Estado multirracial e plurinacional, por ele imaginado como factível: a República Federal Portuguesa. Uma vez no governo, em seu primeiro pronunciamento substancial sob a matéria, a 11 de junho, o Presidente, confrontado ai com o desmoronamento da posição estratégica portuguesa no ultramar, avançou até o limite máximo das concessões por ele admitidas: aceitou, como solução extrema e indesejável, tanto para Portugal quanto para as colônias, que o referendo contemplasse também a opção de independência total, concedida depois de regulado o estatuto dos cidadãos e dos investimentos portugueses. Mesmo essa concessão essencial, já em desacordo com seu pensamento original, foi considerada insuficiente pela Comissão Coordenadora, que interpretando a posição do MFA, queria o cessar-fogo incondicional, seguido pela paz imediata e acelerado desengajamento político, militar e econômico. Não interessava aos intérpretes da jovem oficialidade, cansada de treze anos de guerra, com seus soldados psicologicamente desmotivados, prosseguir combates, permanecer no terreno e retardar negociações para a defesa dos interesses colonialistas ou neocolonialistas do capitalismo português em África.<sup>12</sup>

246

O prognóstico apresentado a respeito do encaminhamento da Revolução dos Cravos infere que a população portuguesa estava farta de treze anos de guerra. Portanto, nas palavras do embaixador brasileiro, era indesejável, tanto para Portugal quanto para as colônias, que o referendo contemplasse também a opção de independência total. Cumpre observarmos que o “indesejável” referendo para independência total das colônias era sim mais que desejável para os territórios africanos. Registramos que o conflito de mais de treze anos foi conduzido justamente por grupos de resistência que não concordavam mais com o jugo português em solo africano.

### 3. A Representação brasileira em Angola: o papel de Ovídio de Melo

Em meio ao processo de descolonização dos territórios africanos de dominação portuguesa, o Estado brasileiro demonstrava interesse de aproximar-se dos futuros países independentes. Portanto, particularizaremos as reflexões no que se refere especificamente ao caso de Angola. O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Francisco Azeredo da Silveira, designou o diplomata Ítalo Zappa para chefiar o Departamento de África, Ásia e Oceania do Itamaraty.

Zappa nomeou para chefia da missão em Angola o diplomata Ovídio de

---

12. Secreto nº 8. **Portugal (continente) territórios africanos de expressão portuguesa perspectiva das relações com o Brasil.** Embaixada do Brasil Lisboa, 31 de outubro de 1974

Andrade Melo que, até então, ocupava posto de destaque em Londres. Em seu livro de memórias, o diplomata relata que ao ser designado à missão em Angola estava de férias no Brasil e procurou saber mais sobre o país que iria residir. Ressalta que, no Itamaraty, encontrou pouca coisa, inclusive enfatizando a existência de materiais fornecidos pelos portugueses. Aponta que nas livrarias do Rio de Janeiro as obras existentes versavam essencialmente acerca das contribuições civilizatórias dos portugueses na África. Ovídio Melo percorreu que inicialmente ficou em Nairóbi para encontros com as lideranças dos movimentos de independência de Angola e Moçambique. Em seu depoimento, cumpre destacarmos o seguinte trecho:

Minha missão à África, destinada a propor a criação das Representações Especiais em Lourenço Marques e Luanda, começou então em meados de janeiro, com os contatos que, de Nairóbi, no Quênia, com a cooperação do Embaixador Frank Mesquita, consegui estabelecer na Tanzânia, em Dar-es-Salaam, com a Frelimo de Moçambique, e com o MPLA de Angola. Agostinho Neto estava ausente de Dar-es-Salaam. Samora Machel, que recebera Zappa um mês e meio antes, designou para receber-me Marcelino dos Santos, Vice-Presidente, encarregado de Relações Exteriores da Frelimo. A primeira entrevista que então tive, com Marcelino dos Santos, no acampamento militar da Frelimo em Kurasini, nas imediações de Dar-es-Salaam, foi plácida. Expus-lhe os bons propósitos do Governo brasileiro e sua nova política para com a África. Propus-lhe a criação de uma Representação Especial em Lourenço Marques e salientei, da maneira mais convincente possível, as vantagens que tal missão permanente antecipada traria, para as relações com o Brasil e para reforço dos Acordos de Alvor, pelos quais Portugal prometia a independência de Moçambique em julho de 75. (MELO, 2009, p. 101.)

247

Percebemos que Ovídio Melo ficou na embaixada em Nairóbi para estreitar relacionamentos com os movimentos de independência, uma vez que em outros momentos o Estado brasileiro ficou ao lado dos portugueses. Em março de 1975, foi aberta a *Representação Especial em Angola*. Sua atuação se deu não somente nos movimentos de libertação, mas também em questões de prospecção de negócios de empresas brasileiras. Ao longo do período que ficou na Representação brasileira, Ovídio Melo mostra em seus telegramas ter tratado dos mais variados assuntos, os quais pautavam a questão comercial, a emigração de portugueses que queriam sair de Angola por conta da independência do país, além da guerra civil entre os três movimentos de libertação (MPLA, FNLA e UNITA).

Reforçamos que, no campo dos negócios, a presença brasileira foi marcante antes mesmo do processo de independência, a exemplo do grupo *Pão de Açúcar*, hoje umas das maiores multinacionais do setor de varejo do mundo, que iniciou suas atividades na cidade de São Paulo, em 1948 e, na década de 1970, abriu sociedade com a SUPA – *Companhia Portuguesa de Supermercados Pão de Açúcar*, uma empresa portuguesa, inaugurando uma significativa rede de supermercados em Angola.

Em telegrama no dia 11 de abril de 1975, Ovídio Melo percorreu:

Conversei hoje longamente, com o diretor do supermercado Jumbo em Angola, Senhor Pedro Monteiro, que me informou, com um mínimo de reserva comercial, sobre a situação de sua firma, frente à conjuntura política em Portugal e em Angola. 2. A firma portuguesa "Supa" (Companhia Portuguesa de Supermercado Pão de Açúcar) controla 40% da firma angolana "Africados" (África Supermercado S.A) que é a proprietária do Supermercado Jumbo, estabelecido em Luanda desde 1973. 3. A firma "Supa", portuguesa, tem seu capital constituído da seguinte forma: 45% pertencem à família do conselheiro Diniz, dona de vários supermercados em São Paulo; 25% pertenciam à Companhia de Seguros Impérios, que acaba de ser nacionalizada em Portugal, e por conseguinte, passaram a pertencer ao Governo português; 20% pertenciam à Companhia União fabril, também nacionalizada em Portugal; 10% pertencem a diversos acionistas, dos quais o principal seria Doutor Flores, cidadão português. 4. Assim, desde o começo, o interesse da família Diniz seria minoritário na SUPA, em relação aos capitais portugueses. E, como a SUPA, como um todo, tinha apenas 40% do interesse na "Africados", a participação de capitais brasileiros no Supermercado Jumbo é bastante pequena.<sup>13</sup>

248

O telegrama do diplomata evidencia que, mesmo antes da independência, havia capital de empresas brasileiras em Angola, e o Estado brasileiro, por meio de sua representação, estava atento. Este fato também foi relatado pelo historiador José Sombra Saraiva em seu livro *Angola e Brasil* (1999, p. 240), em que registra em nota que a empresa *Pão de Açúcar* manteve suas lojas trabalhando em Luanda durante toda guerra e ainda afirma que o governo brasileiro deu cerca de cinco milhões de dólares para o grupo *Pão de Açúcar* para ajudar a manter Angola abastecida. O fato exposto pelo historiador Saraiva (1999), evidencia a presença do Estado brasileiro no sentido de buscar favorecimento financeiro para uma empresa brasileira, nesse caso o *Pão de Açúcar*. O telegrama de Ovídio Melo afirma que a participação de capitais financeiros brasileiros era pequena, embora possamos discutir se os alegados 40% apresentados seja uma parcela realmente pequena.

Durante o período do ano de 1975, houve visita de seus superiores a Angola e em uma delas o chefe do Departamento para África, Ásia e Oceania, Ítalo Zappa, ao chegar a Luanda, pediu que o levassem para um *detour* pela cidade. Segundo Ovídio Melo:

Zappa pediu-nos que lhe mostrássemos alguns dos estragos que os combates entre os Movimentos haviam causado à cidade. Isto era fácil, pois os maiores confrontos haviam ocorrido a uns dois quilômetros do Consulado. Num rápido "detour" mostramos aos recém-chegados três arruinados edifícios da Avenida Brasil que antes abrigavam forças da FNLA, e que haviam sido atacados com bazucas e canhões pelo MPLA. Zappa e Affonso Celso impressionaram-se com tão vastos estragos. Fomos depois para o Consulado e instalamo-nos no terraço, para lanchar e conversar. Em frente, na entrada da linda baía de Luanda, o tanque de gasolina de aviação da Shell queimava.

---

**13. Telegrama do representante especial do Brasil em Luanda, o embaixador Ovídio de Melo para a Secretária de Estado.** Índice: Situação do Supermercado Jumbo em Angola. Nº 30, em 11/04/75.

Estava vazio do combustível, felizmente. Mas continha ainda' gases que o levaram a incendiar-se por semanas consecutivas, sem explodir. Ao longe, em terra, certamente em Quifangondo,<sup>14</sup> troavam canhões. E esses tiros se escutavam perfeitamente no Consulado. Para Cyro, eu e Ivony, o incêndio, o ruído da artilharia já era rotina diária. Mas para Zappa e Afonso era novidade incômoda. (MELO, 2009, p. 15)

Vemos que, mesmo diante de um contexto de guerra, Melo ao discorrer sobre o assunto, tenta transparecer certa tranquilidade diante do cenário de destruição que Luanda se encontrava. Por outro lado, observamos na análise documental que Zappa ficou impressionado com a situação de Luanda por conta do conflito entre os três movimentos. Esse impacto, atrelado à conversas com líderes dos movimentos, o levou a escrever um telegrama particular para o chanceler Francisco Azeredo da Silveira, tecendo as seguintes considerações,

Transmito: "Em cumprimento a missão recebida, cheguei hoje a Luanda a fim de pessoalmente fazer uma avaliação da situação local, a cidade está tranquila na aparência, comparada com a que vi em dezembro passado vg [sic] é irreconhecível: lixo nas ruas, tráfego escasso, ausência de policiamento ostensivo, sinais, enfim, de que vive num intervalo da luta, esta, pelo que observei, foi intensa e indiscriminada, estou convencido de que a qualquer momento a luta será reiniciada, desta vez com caráter muito mais grave, por que antecedida de período para preparação logística nos dois lados: MPLA e FNLA, em companhia do ministro Ovídio Melo, acabo de entrevistarme com o primeiro ministro José N'Dele, decorridos três dias desde nossa ultima entrevista, realizam em Kampala, encontrei-o desta vez num estado de espirito que não hesito em classificar de desesperado e desesperador, não ficou a menor dúvida de que José N'Dele quis avisar ser iminente ou mesmo já ter ocorrido decisão do governo e afastada da cidade, aconselhou reiteradamente sob a evacuação do corpo consular e disse ter reformado seu parecer a retirada da população, pois "não se pode pedir das pessoas sacrificios dessa natureza".<sup>15</sup>

249

O cenário apresentado era de total catástrofe. Além disso, a conversa com o primeiro ministro José N'dele, ligado a UNITA, informou sobre a possibilidade de novos conflitos mais graves que os até então ocorridos, salientando inclusive que muitos diplomatas já haviam saído de Angola. Zappa prossegue suas considerações:

Contra a opinião do ministro Ovídio Melo, sou levado, por tudo quanto vi e ouvi, a

---

14. A respeito de Kifangondo, registramos um trecho do livro *A Batalha de Kifangondo 1975* (2013), organizado por Miguel Junior. Nesse livro o general Afonso de Castro descreveu a batalha de Kifangondo, enquadrada nos esforços empreendido pela FNLA que, depois de expulsa da capital, decidiu organizar forças e marchar exigindo sua volta. A chegada estava prevista para antes do 11 de novembro, dia em que o MPLA previa proclamar a independência. O objetivo era impedir a realização isolada do ato e também intimidar a população luandense para desencorajá-la a participar do evento. Isso passaria por ações de flagelamento à cidade com artilharia pesada do Morro da Cal, seguindo de um assalto à capital com o apoio de mercenários e tropas zaienses (JUNIOR, 2013, p13).

15. **Telegrama da Representação Especial brasileira** em Luanda para (particular) para Ministro de Estado (Chanceler Francisco Azeredo da Silveira), caráter – Urgentíssimo. Em 05/08/1975.

solicitar a vossencia [sic] considerar a decisão de ordenar a imediata retirada dos três funcionários do Itamaraty que permanecem neste posto sua permanência aqui já não serviria a nenhum objetivo, pois está claramente desborda a situação constitucional que a justifica, ao contrário, poderá essa permanência ser contraproducente na partir do momento em que pudesse ser interpretada como apoio a um dos movimentos, não equidistância em relação aos três, repito que foi representante máximo de um dos três movimentos que reiteradamente aconselhou a evacuação do pessoal do corpo diplomático, hoje de manhã cerca de três mil postulantes de visto colocaram-se, em desespero, frente ao consulado a fim de exigir concessão de vistos, o ministro Ovídio Melo aclamou-os com vagas palavras sobre a cooperação do Brasil com Angola, a tendência é que essa pressão sobre o consulado aumente e que venha a ocasionar incidentes de consequências imprevisíveis, se o consulado fica provisoriamente confiado à guarda de funcionários locais, mais facilmente poderão estes opor-se à pressão de todo o tipo, pois se tornará mais compreensível que a decisão não é do cônsul ou do Representante Especial, mas das autoridades competentes do governo brasileiro, Zappa.<sup>16</sup>

250 Ou seja, por um análise a respeito dos riscos visualizados, Ítalo Zappa pediu a retirada do representante especial Ovídio Melo. No entanto, como já demonstramos, o diplomata fazia leitura inversa e defendia sua permanência naquele país. Obviamente que o seu envolvimento com os acontecimentos não permitia ao mesmo enxergar que realmente Luanda não estava em condições salubres. Nesse contexto, é curioso observarmos que alguém ligado a um ofício, que muitas vezes tem como adjetivos a vida de um *bon vivant*, em nome de suas convicções optou por permanecer como representante especial do Brasil em Angola.

É importante informarmos que o telegrama em questão nos foi fornecido pelo próprio Ovídio de Melo, em contato que tivemos com ele no período de desenvolvimento da pesquisa. Além desse documento, Melo nos forneceu o telegrama que se refere a resposta de Azeredo da Silveira<sup>17</sup>, no qual discorre que:

Em resposta ao seu particular de hoje devo dizer a você, em primeiro lugar, que nunca tive dúvida de que deveríamos, eventualmente, pagar um preço por termos criado a Representação Especial junto ao Governo de Transição de Angola. Esse ato político consciente que praticamente leva-me – e o digo com absoluta franqueza – a concordar com a posição de Ovídio. Nossa posição de estrita não intervenção nos assuntos internos de Angola – manteremos – não nos levará a qualquer apoio ostensivo a qualquer dos três Movimentos, mas não impede tampouco de acreditar que, seja para o Brasil, seja para o universo ocidental a que pertencemos, uma eventual derrocada do MPLA no confronto com a aliança FNLA/UNITA seja uma solução melhor do que o prevailecimento [sic] puro o simples do MPLA, de notória orientação marxista. Nada disso quer dizer que o Ovídio poderá deixar de contar, a qualquer momento e em qualquer circunstância, com o meu apoio integral. Estão sendo estudados, com

---

16. Idem.

17. Curiosamente observamos que o chanceler Francisco Azeredo da Silveira, em seu livro de memórias *Azeredo da Silveira: um depoimento* (2010), embora em alguns trechos discorra sobre Angola, em nenhum momento comenta sobre episódio que envolveu a Representação Especial Brasileira em Angola.

a Marinha e a Aeronáutica, esquema de emergência. Creio que tanto você, quanto o Ovídio, me concedem o crédito de um chefe acima de tudo humano. O que acabo de dizer representa, pois, o somatório de minhas convicções honestas e de minha avaliação do quadro, olhado quer do ponto-de-vista do interesse nacional brasileiro, quer de considerações essencialmente humanas. (leia e destrua este telegrama, inclusive a fita respectiva). Um abraço muito afetuoso. Silveira.<sup>18</sup>

Porém, como visualizamos na resposta, o chancelar concorda com a posição do diplomata Ovídio de Melo e, mais que isso, defende a permanência considerando o “interesse nacional brasileiro”. Ou seja, para além da questão ideológica presente em um contexto de *Guerra Fria* e desconsiderando os riscos eminentes vivenciados pela equipe da representação brasileira em Angola, o terreno que se vislumbrava se situava no contexto de interesses econômicos e políticos. Econômicos no que diz respeito a possibilidades da consolidação de negócios favoráveis ao Brasil; políticos, que se mostram no anseio do estabelecimento de um novo poder em substituição ao desgastado e, por sua vez, rechaçado poder de Portugal.

No conjunto de documentos fornecidos pelo diplomata Ovídeo Melo temos um intitulado *Comentários aos textos telegráficos precedentes*, no qual procura responder a questões inerentes aos telegramas expostos acima. O diplomata segue discorrendo acerca da curta estadia que Zappa teve em Angola e evidencia o encontro com José N’Dele,

251

Zappa, por volta das 6 horas da tarde perguntou-me se ainda seria possível ser recebido por algum membro do governo. O governo já era de um só Movimento, o MPLA. Telefonei para Lopo do Nascimento, primeiro-ministro do único Movimento no poder. Já havia saído do palácio. Telefonei então para José N’Dele, que fora primeiro-ministro da UNITA, mas que continuava no palácio, apenas porque o MPLA tinha ainda esperanças de que aderisse ao vencedor. N’Dele estava e nos recebeu. Fomos imediatamente vê-lo. E, ao entrarmos em sua sala mostrou fingido espanto e exclamou dramaticamente: “por que os brasileiros ainda estão em Luanda, na Representação Especial? Por que não saíram, seguindo o exemplo dos ingleses?”. Depois, nos informou que ele próprio, N’Dele, deixaria Luanda no dia seguinte. E que compreendia agora a fuga dos portugueses de Angola. Sofreram muito, disse ele. N’Dele, que passara todo o ano sem definir-se, usando seu partido como um pêndulo entre o MPLA e a FNLA, agora definia-se de vez, explosivamente, porque tanto as forças militares da FNLA, quanto as da UNITA, tinham sido expulsas da capital. Não havia mais governo tripartite algum. O governo, agora, era só o MPLA (MELO, 2009, p. 152).

Ao se reunir com o representante José N’Dele, podemos inferir que, a essa altura o mesmo não representava efetivamente nenhum dos movimentos, pelo menos não em Luanda, pois os outros dois movimentos haviam montado um governo paralelo

---

**18. Telegrama do Ministério das Relações Exteriores** (Francisco Azeredo da Silveira) particular para o Ministro Italo Zappa para caráter Secreto - Exclusivo — Em 05/08/1975.

em Huambo, na altura ainda Nova Lisboa. Para além disso, visualizamos que em uma conjuntura de conflitos que disputavam a frente do governo do futuro país, N'Dele estava vinculado aos grupos divergentes ao MPLA, que assumia o governo provisório em Luanda. Seria de fato interessante que a representação brasileira abandonasse o território, conforme relata Ovídio de Melo:

Para mim, a explosão de N'Dele era irrelevante. Tinha eu em conta que a UNITA já se revelara insignificante como força militar nas lutas havidas e não tinha mesmo de participar do governo. O MPLA levava uma semana de acirrado conflito para expulsar as tropas do Zaire de Luanda e os guerrilheiros que seguiam Holden. A UNITA fora expulsa em uma hora, alguns dias depois, e fugira de Luanda sem tempo para vestir-se, com os sapatos nas mãos, segundo voz corrente na cidade. Zappa, no entanto, impressionou-se muito com o alarme e o pânico de N'Dele. E, quando voltamos ao Consulado, depois de um longo período de silêncio, postou-se no meio da sala, pediu-nos que o escutássemos com atenção e declarou que já achava o sacrifício que fazíamos em Luanda, completamente desnecessário. Por isso, queria passar um telegrama para Silveira sugerindo que a Representação fosse fechada, e que nos retirássemos com urgência para o Brasil [...].

252 Como sabemos, o MPLA era ligado ideologicamente pelo menos por parte da cúpula do movimento à esquerda, nomeadamente à União Soviética e Cuba, na conjuntura da Guerra Fria, que destoavam da conduta da Ditadura Civil-Militar, na qual se encontrava o Estado brasileiro. Embora Ítalo Zappa seja considerado de esquerda por Elio Gaspari (2002), visualizamos uma postura contraditória a medida em que ele demonstra uma postura radical no que se refere a tentativa da retirada da Representação Brasileira de Angola, o que poderia fragilizar o processo de independência em curso. Neste sentido, vale a pena visualizarmos mais elementos que demonstram a postura de Ovídio de Melo:

[...] Opus-me imediatamente a esta determinação do chefe do Departamento. Disse-lhe que, pelas funções que exercia, poderia ele utilizar nosso telex para sugerir o que bem quisesse ao Ministro de Estado, até mesmo o fechamento da Representação, mas que imediatamente depois do telegrama dele, seguiria um telegrama meu, explicando porque eu insistia em que a Representação perdurasse em Luanda. Evidentemente, se em março havíamos chegado a Luanda proclamando isenção, equanimidade, neutralidade, entre os três movimentos; declarando que aceitaríamos qualquer deles como vencedor na data para a independência, agora, em agosto, não poderíamos nos retirar. Vencedor, já havia: o MPLA. E se nos retirássemos a esta altura do ano nada poderia assegurar-nos que o Brasil reconheceria a tempo e hora, em novembro, Angola independente. Se não reconhecêssemos Angola independente prontamente teríamos perdido todo o nosso sacrifício em Luanda durante oito meses de luta incessante. Moçambique ficaria ainda mais decepcionado conosco. E a África inteira diria que o Brasil não era confiável, nem no trato com os africanos que falam português (MELO, 2009, p. 153).

A análise de Ovídio de Melo demonstra efetiva segurança em relação ao desfecho final do processo revolucionário em Angola. Para ele não havia mais dúvidas de que o MPLA conduziria as rédeas do novo país, dissolvendo desta forma os argumentos de Zappa. E, para além disso, o diplomata enfatiza a importância de se manter naquele território para que, posteriormente, o Brasil pudesse de fato, a partir do reconhecimento imediato da independência de Angola, conquistar os elementos almejados que se referem especialmente aos aspectos econômicos e políticos. Portanto, o ineditismo do reconhecimento brasileiro ao Estado angolano se mostra como resultante de um esforço diplomático que teve como principal propulsor Ovídio de Melo.

### Considerações Finais

Enfim, podemos dizer que a atuação de Ovídio de Andrade Melo foi essencial para que o Brasil construísse o posicionamento diplomático que mais lhe convinha. Podemos ainda considerar que embora o governo brasileiro hoje exalte seu protagonismo no reconhecimento da independência de Angola, esse fato se deu por conta da postura contundente de alguns representantes do Estado. Dentre os principais protagonistas neste processo podemos nomeadamente citar o próprio Ovídio Melo; o presidente Geisel, com o estabelecimento de sua política externa pragmática; o chanceler Azeredo da Silveira.

Ressaltamos que algumas peças ainda não encaixam nesse “quebra cabeça”, e, portanto, acreditamos que existam outros nomes, os quais esperamos conhecer ao longo do tempo, por meio de investigação pautada nas memórias de protagonistas *ad hoc* que possam contribuir com mais revelações acerca do processo de reconhecimento da independência de Angola, que como pudemos constatar, não foi tarefa fácil.

### Referências Bibliográficas

ALVES, Marcio Moreira. **Torturas e Torturados**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique**: Identidade, Colonialismo e Libertação. São Paulo: EDUNESP, 2008.

D'ARAÚJO, Celina e CASTRO Celso. (orgs) **Ernesto Geisel**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

**Documentos da Representação Especial do Brasil em Luanda**, de março a dezembro de 1975, contendo relatórios, memorandos, telegramas, entre outros.

- GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **Os Filhos da Terra Sol: A formação do Estado-nação em Cabo Verde**. São Paulo: Sumunus, 2002.
- JUNIOR, Migue (Org) . **A Batalha de Kifangondo 1975: Factos e Documentos**. Luanda: Mayamba, 2013.
- MAXWELL, Kenneth. **O Império Derrotado - Revolução e Democracia em Portugal**. São Paulo. Companhia das Letras, 2006.
- MELO, Ovídio de A. **Recordações de um Removedor de mofo no Itamaraty**: Relatos de política externa de 1948 à atualidade. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- MELO, Ovídio de Andrade. O Reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975. Originais do livro, cedido pelo autor.
- Relatório da Embaixada do Brasil em Lisboa "Portugal (continente) - Territórios Africanos de Expressão Portuguesa: Perspectivas das Relações com o Brasil", 31 de outubro de 1974.
- SANTOS, José Francisco dos. **Angola**: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da Guerra Fria. Tese de doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.
- SANTOS, José Francisco dos. **Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA)** – "Um Amplo Movimento": Relação Brasil e Angola de 1960 a 1975. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.
- SANTOS, José Francisco dos. **Relação Brasil/Angola**: A participação de brasileiros no processo de libertação de Angola, o caso do MABLA e outros protagonistas. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014.
- SANTOS, José Francisco. **Angola**: política externa brasileira para África no olhar de Ovídio de Andrade Melo. Salvador: Sagga, 2018.
- SARAIVA, José Flávio S. e PANTOJA, Selma. (org). Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul. Rio de Janeiro, 1999.
- SECCO, Lincoln. **A Revolução dos Cravos** - e a Crise do Império Colonial Português. São Paulo: Alameda, 2004.
- SPEKTOR, Matias. (Org). **Azeredo da Silveira: um depoimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- SPINOLA, Antonio. **Portugal e o Futuro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.